International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-9, Issue-11; Nov, 2022
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.911.1

Bold and stubborn: The experience of Agroecological Notebooks and the new challenges for Technical Assistance and Rural Extension in Bahia, Brazil

Ousadas e teimosas: A experiência das Cadernetas Agroecológicas e os novos desafios para a Assistência Técnica e Extensão Rural na Bahia, Brasil

Laeticia Medeiros Jalil[1], José Claudivam da Silva[2], Karine Pereira de Freitas[3], Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira[4], Elisabeth Maria Cardoso[5], Maria do Socorro de Lima Oliveira[6]

[1]Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Coordenadora do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades
[2]Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e integrante do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades
[3]Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e integrante do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades
[4]Assessora de Gênero, Raça/Etnia e Geração do Projeto Pró-Semiárido e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA)
[5]Coordenadora Técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) e doutoranda em Recursos Naturales y Gestión Sostenible na Universidad de Córdoba (UCO/Espanha)
[6]Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Coordenadora do Núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades

Received: 05 Oct 2022,

Received in revised form: 20 Oct 2022,

Accepted: 27 Oct 2022,

Available online: 06 Nov 2022

Keywords – ***ATER. Agroecology. Feminism. Rural women.***

Palavras-chave – ***ATER. Agroecologia. Feminismo. Mulheres rurais.***

Abstract — *The construction of experiences in which rural women are the protagonists comprises conflicting processes, since the patriarchal culture denies them this place and reiterates violent practices of invisibility and devaluation of their experiences. Access to public policies that make it possible to understand and strengthen rural women as a political subject promotes other dynamics of social life. Thus, this work presents the analysis of the use of agroecological notebooks (CAs), as an innovation in the technical advisory actions of the Pró-Semiárido Project (PSA/BA). The CA is a tool that makes it possible to qualify the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) action, which requires a new institutional culture from organizations and transformations in the lives of rural women. Its use enables the construction of a process of strengthening autonomy and reflection on the importance of productive and reproductive work and contributes to breaking with inequalities that mark their lives and reduces their work as mere help.*

Resumo — *A construção de experiências em que as mulheres rurais sejam as protagonistas, compreendem processos conflituosos, uma vez que a cultura patriarcal nega a elas esse lugar e reitera práticas violentas de*

invisibilidade e desvalorização das suas vivências. O acesso às políticas públicas que possibilitem compreender e fortalecer as mulheres rurais como sujeito político, promove outras dinâmicas da vida social. Assim, este trabalho apresenta a análise do uso das cadernetas agroecológicas (CAs), como uma inovação nas ações de assessoria técnica do Projeto Pró-Semiárido (PSA/BA). A CA é uma ferramenta que possibilita qualificar a ação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o que exige das organizações uma nova cultura institucional e transformações na vida das mulheres rurais. Seu uso possibilita a construção de um processo de fortalecimento da autonomia e reflexão sobre a importância do trabalho produtivo e reprodutivo e contribui para romper com desigualdades que marcam suas vidas e reduz seu trabalho como mera ajuda.

I. INTRODUÇÃO

Experiências construídas com as mulheres são permeadas por diversas disputas, uma vez que inseridas numa sociedade capitalista, patriarcal e racista que, por vezes, não reconhece o papel fundamental que desempenham tanto para suas vivências quanto para a dinâmica da vida social, faz com que o trabalho realizado por elas seja invisibilizado e desvalorizado, como acontece com o trabalho doméstico e de cuidados (Melo & Moraes, 2021).

Essa lógica ainda se insere numa narrativa em que as diferenças biológicas são utilizadas como base para justificar a diferença/desigualdade social. Nesse sentido, Daniele Kergoat (2009), demonstra que as condições em que vivem homens e mulheres são produtos das construções sociais que determinam as relações entre os sexos, que, por sua vez, estão fundamentadas na divisão sexual do trabalho.

Segundo a autora,

> "[…] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo (…). Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)" (Kergoat, 2009, p. 67).

No Brasil, as desigualdades e relações de poder entre homens e mulheres se manifestam de forma mais violenta em áreas rurais. Assim, este trabalho busca colocar luz à produção das mulheres rurais[1], através de uma pesquisa que analisa os resultados do uso das cadernetas agroecológicas como instrumento que possibilita reconhecer, visibilizar e problematizar a importância da produção das mulheres rurais para a economia e a reprodução da vida. Também nos interessa desvelar quais caminhos a presente discussão aponta para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no sentido de compreender os desafios e potencialidades que a cercam enquanto política pública necessária para a continuidade do trabalho com as mulheres rurais numa perspectiva emancipadora, crítica e feminista.

Antes, é preciso compreender que a economia hegemônica se organiza a partir da busca incessante do lucro, da acumulação das riquezas nas mãos de poucos e pela imposição da lógica do mercado capitalista a todas as esferas da vida (Nobre, 2021), o que significa que o valor de uso e de satisfação das necessidades (como as práticas de cuidados) são reduzidos ao valor de mercado e geração de renda. Esta redução transforma a noção de valor em algo exclusivamente monetário, portanto, descarta e torna invisíveis trabalhos fora da esfera mercantil (Herrero, 2020).

Diante dessas questões, a Caderneta Agroecológica é um instrumento que surge como questionamento a essas bases hegemônicas da economia capitalista, por entender que boa parte dos trabalhos que ficam sob responsabilidade das mulheres rurais constituem

[1] Ao falar de mulheres rurais não estamos nos referindo a um "sujeito universal" Mulher e sim Mulheres desde suas especificidades, e as interseccionalidades que marcam suas trajetórias, como as questões de classe, raça, etnia, idade, sexualidade e práticas sociais diversas. Mulheres rurais é uma categoria política e identitária, que vai além de uma prática produtiva. São mulheres que desenvolvem diversas atividades e que estão inseridas em culturas distintas. São quilombolas, indígenas, agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, posseiras, sitiantes, artesãs, extrativistas, mulheres de comunidades tradicionais, professoras, raizeiras, benzedeiras, parteiras etc. e que vivem, sentem e reproduzem esse modo de ser a partir de seus corpos e trajetórias, da sua relação com a natureza, com a biodiversidade, suas práticas de trabalho, culturais e espirituais distintas de outras mulheres.

a esfera não mercantil da vida, sendo parte do saber/fazer que apesar de importante é atribuído ao lugar de "mera ajuda", sendo destituídas de serem reconhecidas como produtoras, seja de conhecimentos, seja do trabalho considerado "produtivo", o que resulta também na exclusão delas dos processos políticos.

Nesse contexto, a Caderneta Agroecológica[2] é um instrumento político-pedagógico e de pesquisa e que possibilita registrar o que foi consumido, trocado, vendido e doado, de parte do que foi produzido pelas mulheres rurais. É uma potente ferramenta de educação popular e de formação política com as mulheres rurais e possibilita de forma simples a reflexão sobre a importância do trabalho para a Segurança e Soberania Alimentar (SSAN), como guardiãs da sociobiodiversidade, como protagonistas de relações de solidariedade e reciprocidade (fundamentais para o fortalecimento dos tecidos sociais dos territórios) e cuidadoras da vida. Outra dimensão é o uso e incorporação das Cadernetas Agroecológicas nas ações de ATER, o que exige mudanças institucionais e a criação de uma nova cultura na assessoria técnica, desde a formação com equipe técnica à incorporação de novos temas e suas relações com o universo da produção: autonomia, gênero, violência, racismo, geração, economia etc., o que fortalece a perspectiva da transversalidade de gênero nas ações com mulheres rurais.

As mulheres rurais produzem e possuem saberes que se materializam nos processos de transição agroecológica, nos seus quintais produtivos, no manejo da fauna e flora, no cultivo de espécies vegetais, no cultivo e uso de plantas medicinais ou na criação de animais (geralmente os de pequeno porte e de ciclos mais curtos como as galinhas, cabras e bodes que permitem o abastecimento cotidiano das famílias). São portadoras de saberes fundamentais para a preservação dos biomas, sendo verdadeiras guardiãs da agrobiodiversidade. Outra característica que se constata é que são mais abertas às experimentações e novidades, sobretudo no que se refere ao acesso à novas tecnologias, projetos, inserção em novos mercados e cadeias produtivas e de valor, o que permite uma relação dialógica e tranquila com as inovações propostas pelas assessorias técnicas (Jalil, 2017).

Destarte, observa-se que geralmente as mulheres rurais são excluídas dos processos de decisão nos agroecossistemas[3], como também sobre o uso e manejo dos recursos naturais e a gestão dos territórios. A participação das mulheres rurais nos espaços políticos e de controle social, no campo das políticas ambientais e de desenvolvimento agrícola, sempre foi pouco reconhecida e frágil como apontam Cordeiro (2006), Esmeraldo (2013) e Jalil (2013).

Neste sentido, a implementação do uso da Caderneta Agroecológica pelo Programa Pró-Semiárido (PSA) [4] como ação de ATER tanto desvelou quanto potencializou o protagonismo das mulheres rurais na construção de suas redes de autonomia e de ressignificação das suas rotinas e dinâmicas de trabalho, uma vez que a caderneta representa um instrumento simples de mensuração do que as agricultoras familiares produzem e que, por meio da sistematização dos dados nela anotados, se torna uma ferramenta de reconhecimento das suas contribuições para a agricultura familiar e os processos de transição agroecológicos a frente nos projetos produtivos das organizações de assessoria técnica.

A Caderneta Agroecológica (Fig. 1) traz uma divisão das atividades a partir de 4 (quatro) colunas: consumo, doação, troca e venda, o que possibilita compreender de forma visual e prática que a lógica econômica vai muito além de um processo de monetarização da vida, incluindo outras relações sociais e econômicas fundamentais para reprodução da vida.



[2] Criada pela ONG Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML) e ganhou o Brasil por meio do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e da parceria com as seguintes redes e movimentos que o compõem: Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE), Movimento de Mulheres Camponesas e Grupo de Trabalho de Gênero e Agroecologia da Região Sudeste. Portanto, trata-se de um instrumento enraizado em experiências de diferentes regiões do país e na demanda de inúmeros grupos e redes que se articulam para promover a igualdade de gênero, o feminismo e o protagonismo econômico das mulheres (Telles, 2021, p. 6).

[3] Segundo Emma Siliprandi (2009, p. 109), o agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É a unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto a sua extensão) onde se dão complexas relações entre práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), mas também as interações entre os seres humanos.

[4] O PSA é implementado a partir de 2014 a partir de uma parceria entre o Governo da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.

Fig. 1. Caderneta Agroecológica.

Fonte: https://ctazm.org.br/bibliotecas/caderneta-agroecologica-o-saber-e-o-fazer-das-mulheres-do-campo-das-florestas-e-das-aguas-376.pdf.

Deste modo, é possível verificar pós coleta, sistematização e análise dos dados, que suas rotinas estão atravessadas por questões que envolvem não somente o reconhecimento das suas trajetórias enquanto mulheres rurais, mas também contribuem para problematizar, pensar e repensar a economia e reivindicar seus espaços como sujeitos políticos, sejam estes no âmbito público ou privado.

Para Telles (2021):

> "a Caderneta pode se tornar um eficiente instrumento de monitoramento da produção das mulheres, valorando a sua produção quase invisível para o autoconsumo, troca com vizinhas, doação para a escola, festas comunitárias e filhos que vivem na cidade e, por fim, a produção para a venda. Mas ela não se limita apenas a um documento de anotação dos produtos, pois se trata de uma metodologia, de um processo do qual a anotação é uma das etapas" (Telles, 2021, p. 9).

A autora destaca a importância de a metodologia ser reconhecida como um processo de formação junto aos grupos e as mulheres que participam dos projetos. A utilização da caderneta agroecológica abre caminho para novas perspectivas acerca da produção das mulheres rurais e garante processos de autonomia e (re)configurações das dinâmicas da vida no campo, mas para isso precisa ser refletido tanto com as mulheres rurais, quanto para dentro das organizações de ATER e gerar processos coletivos de aprendizagem.

O uso das CAs contribui para um processo transformador e muitas vezes conflituoso, tanto para as mulheres e suas famílias (na medida que passam a reconhecer e valorizarem seus trabalhos e se perceberem produtoras e não "meras ajudantes") quanto para as reorganizações de assessoria técnica (que são desafiadas a incorporarem novas metodologias e abordagens para uma ação qualificada no que se refere à dimensão de gênero e feminismo). Essa mudança também coloca a relação de ATER num patamar de mais criticidade, pois as mulheres rurais passam de meras beneficiárias, para se colocarem como protagonistas nos processos de decisão e implementação de novos projetos para a agricultura familiar.

A partir do apresentado, trazemos algumas reflexões sobre os efeitos apresentados pela implementação das cadernetas agroecológicas pelo PSA e as organizações parceiras na Bahia, buscando compreender como esse processo tem contribuído para a (re)organização da vida das mulheres rurais e possibilitado a incorporação de inovações para a qualificação da ATER.

II. A CADERNETA AGROECOLÓGICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA PARA AS MULHERES RURAIS

A importância da construção de processos que garantam aos/as envolvidos/as condições para que possam ser e fazer parte dos projetos de ATER é essencial, principalmente no que se refere ao processo metodológico de implementação das cadernetas agroecológicas e seu alcance, seja especificamente sobre questões relacionadas à produção das mulheres rurais, ou temas mais sensíveis e diversos, como racismo, geração, divisão justa do trabalho e violência doméstica.

A Caderneta Agroecológica representa uma ferramenta que foi pensada para ser algo simples e de fácil compreensão para as mulheres e que possibilita sistematizar toda a contribuição produtiva e visibilizar seus trabalhos para a reprodução da vida. As mulheres rurais que têm participado dos projetos com as Cadernetas Agroecológicas, chamamos de Agricultoras Agroecológicas, que segundo Cardoso (2019)

> "[...] as agricultoras agroecológicas são definidas como as mulheres que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução de seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes atores fundamentais para os processos de transição agroecológica para a reprodução da vida, estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas e outros espaços de organização social/política. Portadoras de conhecimentos ancestrais, ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais, desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da segurança e soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade" (Cardoso *et al.*, 2019, p. 7).

Na medida em que essas mudanças de concepções e abordagens vão acontecendo, as mulheres agricultoras agroecológicas começam a acessar lugares antes nunca ocupados e avançam em processo de ampliação da participação política e construção da autonomia.

Assim, as CAs, a partir de uma construção coletiva, que reconhece e valoriza práticas e saberes dessas mulheres, principalmente no que diz respeito às práticas agroecológicas, apresentam uma percepção sobre a formação destes sujeitos por meio de experimentações "que tem o potencial de dar visibilidade ao conhecimento das mulheres agricultoras agroecológicas como um elemento-chave na dinamização do processo de transição agroecológica" (Jalil *et al.*, 2021, p. 16).

Pensar na construção de um trabalho para e com mulheres a partir de processos coletivos nos possibilita analisar demandas e recortes direcionados e com focos mais pontuais, principalmente no que se refere ao nível de engajamento e participação das mulheres nos territórios. A utilização de metodologias participativas nesse processo ajuda a entender e conectar as discussões diante dos temas que vão surgindo, das vivências compartilhadas e das experiências colocadas nas rodas de debate.

Nesse sentido,

> "a metodologia participativa se estabelece nos processos de troca (de conhecimentos, experiências, vivências, sentimentos, etc.), de resolução colaborativa de problemas e de construção coletiva de conhecimentos que são propiciados entre os indivíduos que integram um grupo" (Noguera, 2005, p. 93, tradução nossa).

Importante salientar e enfatizar que o processo desencadeado pelas metodologias participativas ajuda a compreender como as mulheres se conectam por meio das suas vivências e experiências, contribuindo para a auto-organização das mulheres.

Esse é um dos princípios orientadores para o uso das CAs e se configura como um fator essencial na construção da implementação das Cadernetas Agroecológicas.

Outra questão é que ao incorporar as contribuições da economia feminista, a Caderneta possibilita outra leitura teórica sobre o trabalho protagonizado pelas mulheres agricultoras agroecológicas que, ora considerado reprodutivo ou mera "ajuda passa a ser compreendido a partir do conceito de economia feminista, centrado na sustentabilidade da vida, e não apenas em relações de mercado (Carrasco, 2012).

A partir dessa perspectiva, a CA reafirma o papel das mulheres agricultoras agroecológicas na construção da agroecologia e como protagonistas dos processos de transição agroecológica. Nesse sentido, os dados coletados no Projeto *Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*[5], comprovam que a contribuição das mulheres vai além da esfera reprodutiva. Ao se dedicarem aos agroecossistemas, as mulheres têm permitido a existência de uma enorme variedade de sementes (animais e vegetais), beneficiamento de alimentos, cultivo de plantas medicinais e remédios, garantindo soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e renda para as famílias (Alves *et al.*, 2018. p. 9).

Em grande medida, o lugar de protagonismo, experimentação e atuação das mulheres agricultoras agroecológicas têm sido os quintais produtivos. Vistos como a extensão da casa, portanto, socialmente atribuído aos espaços femininos. Segundo Pinilla (2019) os quintais produtivos rurais é um espaço ocupado tanto por fenômenos biológicos quanto sociais e culturais.

> "ao mesmo tempo em que o quintal é o espaço onde se expressa de forma mais visível a dicotomia entre 'trabalho de homens e mulheres' nos agroecossistemas, ou seja, a divisão sexual do trabalho, é também o lugar de fortalecimento da autonomia das mulheres rurais, da preservação da agrobiodiversidade, da construção de saberes, experimentação e proposição de alternativas para um modo de vida sustentável e socialmente mais igualitário. É preciso analisar essa aparente contradição a partir das imbricações das relações sociais, entendendo que as relações de poder passam por processos de constante ressignificação e questionamento da sua estrutura a partir de processos auto-organizativos e políticos, como aqueles empreendidos pelas agricultoras rurais através do feminismo e potencializados a partir da utilização da Caderneta Agroecológica, por exemplo" (Pinilla, 2019, p. 24).

As diferentes dimensões acessadas pelo trabalho das mulheres agricultoras familiares ainda necessitam ser fortalecida e considerada no âmbito das políticas públicas continuadas, como a de ATER. É nesse contexto que o papel da assessoria técnica se faz relevante para o fortalecimento desses processos e o reconhecimento de

[5] Resultado de parceria entre a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal de Viçosa por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13/2016.

novos sujeitos como as mulheres rurais, as juventudes, povos tradicionais etc.

O apoio da assessoria técnica é fundamental para as mulheres agricultoras realizarem as anotações nas cadernetas, na medida que contribuem para a mobilização e animação do processo. O papel da assessoria vem desde a aplicação do instrumento e da metodologia, animação dos grupos, sistematização e apresentação dos dados junto as mulheres, como fonte para animação do processo formativo com as mulheres em temas transversais na ação da assessoria técnica. Essas etapas são fundamentais como parte do processo de comunicação dialógica, onde segundo Freire (1983), a assessoria técnica não deve ser vista como algo para resolver problemas ou aceitar o que os beneficiários querem, mas, sobretudo, para problematizar a realidade, o que muitas vezes gera conflitos que podem ser caminhos para a construção dessa autonomia das famílias.

Segundo Weitzman (2011) ao analisar as mulheres na Assistência Técnica, é preciso sedimentar o compromisso político com uma nova política de ATER, que de fato permita romper com velhos padrões, a partir da primazia a ser dada ao fortalecimento da atuação das mulheres no campo econômico, no que se refere às ações voltadas para produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos.

O desafio é articular com outras políticas públicas, especialmente com aquelas ligadas ao financiamento à comercialização a partir de uma assistência técnica setorial (Weitzman, 2011, p. 104). Para a autora:

"abordar a questão de gênero com seriedade num projeto de assistência técnica exige um compromisso político e implica a busca de ferramentas analíticas que possam 'desnaturalizar' a opressão das mulheres e realmente possibilitar sua 'inclusão' nos serviços de assistência técnica" (Weitzman, 2011, p. 109).

É importante salientar que a aplicação das CAs possui colaboração direta e efetiva no processo de apreciação de questões referentes ao exercício da assessoria técnica "como um instrumento de intervenção na realidade, apoiando a qualificação do trabalho das mulheres nos seus agroecossistemas, construindo novos indicadores para projetos, ações e políticas públicas (Jalil *et al.*, 2021, p. 21).

Essa colaboração coletiva permite adaptar as cadernetas aos distintos territórios e especificidades das mulheres. Para tanto, a CA possui uma metodologia de implementação que segue passos simples e que ajudam no entendimento e na construção coletiva do conhecimento durante o decorrer do processo de implementação, sistematizações e análises dos dados obtidos:

- Passo 1 – Sensibilização;
- Passo 2 – Capacitação para o uso da metodologia das Cadernetas Agroecológicas;
- Passo 3 – Preenchimento das Cadernetas Agroecológicas;
- Passo 4 – Animação;
- Passo 5 – Coleta e sistematização dos dados;
- Passo 6 – Aplicação e envio dos questionários de caracterização socioeconômica;
- Passo 7 – Mapa da Sociobiodiversidade e da Divisão Sexual do Trabalho;
- Passo 8 – Análise e reflexão coletiva dos dados.

O estabelecimento das cadernetas agroecológicas como uma ferramenta metodológica de formação, reflexão e ação na busca da autonomia das mulheres foi aprimorada pelas organizações que compõem o GT de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)[6] e seu uso foi ampliando e posteriormente se agregando aos trabalhos das Organizações como uma maneira de tratar a questão de gênero com as/os técnicas/os e famílias agricultoras em atividades de ATER.

> "a metodologia da Caderneta Agroecológica propõe que, além das mulheres fazerem as anotações cotidianas da sua produção, elas troquem experiências com outras agricultoras que também estão anotando e participando do mesmo processo, através de oficinas, garantindo momentos de reflexão sobre a sistematização dos dados entre as agricultoras e entre técnicas e agricultoras. Isso tem proporcionado que as mulheres se encontrem nas comunidades para

[6] O GT Mulheres da ANA é uma rede de articulação de âmbito nacional que envolve organizações, movimentos sociais e redes que atuam no campo agroecológico no Brasil, com ações voltadas para as mulheres rurais e urbanas, na perspectiva feminista e agroecológica. Integram o GT de Mulheres da ANA os movimentos sociais mistos, dos povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais de mulheres, organizações mistas e feministas e as redes regionais como a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA); Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE); o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Rede ECOVIDA, na região sul, e Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia da Região Sudeste (GTGASE). Trata-se de um processo articulatório consolidado e em curso, ao qual se soma a construção de parcerias com universidades e institutos de pesquisa (Universidade Federal de Viçosa – UFV, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Instituto Federal de São Paulo – IFSP, campus Matão, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal Rural do Pernambuco – UFRPE).

> trocar experiências, relatar o que está acontecendo com elas, ouvir umas às outras e chegarem juntas à solução de problemas, fomentando um importante processo de autonomia. Em alguns casos, esse processo estimulou a auto-organização das mulheres em regiões onde não havia coletivos de mulheres ou núcleos de movimentos que oferecessem suporte às mulheres" (Jalil *et al.*, 2021, p. 21).

Uma ATER qualificada para o trabalho com mulheres é um diferenciador do alcance que as cadernetas agroecológicas podem proporcionar entre as mulheres e as organizações e entre estas e o Estado, na medida que força uma mudança institucional e em concepções de projetos e ações com e para as mulheres rurais.

III. A ATER E OS DESDOBRAMENTOS A PARTIR DA CADERNETA AGROECOLÓGICA: UM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Além da atuação das agricultoras agroecológicas e do trabalho em rede das várias organizações no Brasil, o início com as Cadernetas só foi possível graças à execução de políticas públicas do Governo Federal, em especial a ATER para mulheres (Alves, 2018).

Desta forma, ocorreu no período de 2014 a 2015, durante o projeto *"Mulheres e Agroecologia em Rede"*, o processo de amadurecimento da proposta metodológica com a anotação de 141 agricultoras do território do Sertão do Pajeú/PE, integrantes da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú e 64 mulheres em 14 municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, acompanhadas pelo CTA/ZM.

A sistematização dos dados mostrou uma grande diversidade biológica encontrada nos quintais das mulheres, com destaque para hortaliças, plantas medicinais, flores, árvores frutíferas e pequenos animais, prioritariamente destinados: 1) à Segurança e Soberania (consumo, doação e troca); 2) Práticas de Cuidados (o uso medicinal) e 3) Guardiãs da sociobiodiversidade e cuidadoras do território (com suas funções ornamentais e de preservação).

Essa experiência foi fundamental para consolidar o projeto *Os quintais das mulheres e a caderneta agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil.* Com o objetivo de mostrar a capacidade produtiva dos quintais, o projeto alinhou esse debate com a necessidade de fomentar políticas públicas no âmbito do fortalecimento dos espaços das mulheres agricultoras agroecológicas.

Isto porque, o Projeto articulou as ações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), trazendo o debate das políticas para as mulheres rurais para dentro do governo, e de modo mais direto fazendo o diálogo com a política de ATER. De modo específico, a DPMRQ tinha a missão de trabalhar com a promoção da autonomia das mulheres e a superação da desigualdade de gênero no meio rural. Conforme destacado por Santos e Jalil (2017), a principal estratégia foi desenvolver e executar políticas específicas para as mulheres rurais, como também as incidir, nas demais políticas públicas, para garantir os recortes de gênero na reforma agrária, saúde, educação, nas políticas de crédito, na assistência técnica e no desenvolvimento territorial.

Essa é uma luta que vem de antes e toma força no início dos anos 2000 com ações políticas organizadas como a Marcha das Margaridas e com a articulação dos movimentos de mulheres rurais e feminista, que culmina numa nova agenda política para as mulheres do campo, da floresta e das águas (Santos, 2021). Nesse contexto, além da criação da DPMRQ essa agenda também foi fortalecida pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que incluiu os princípios da igualdade de gênero, raça, etnia, geração e a promoção da produção sustentável, assim como destaca o Governo Federal (2010).

Em 2013, a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, garantiu que 50% do público beneficiário fosse de mulheres, 30% de técnicas mulheres nas equipes das chamadas para ATER e 30% dos recursos voltados para atividades produtivas das mulheres. De acordo com Santos (2021), esse foi outro marco importante de fortalecimento da institucionalidade da agenda feminista e para os avanços das questões das mulheres no âmbito da ATER e do desenvolvimento do Estado.

Como reflexo da visão patriarcal nas políticas de Estado, a ATER tradicional em vez de contribuir para o desenvolvimento da produção familiar e o protagonismo das mulheres, como as ações nos quitais produtivos acabavam por invisibilizar o protagonismo das agricultoras porque centrava o trabalho de assessoria na figura do homem, reafirmando os papéis tradicionais atribuídos aos homens (como chefe e produtor) e às mulheres (como cuidadoras e reprodutoras) (Santos e Jalil, 2017, p. 102).

No marco do Projeto ATER Feminismo e Agroecologia na Região Nordeste do Brasil[7], analisou as chamadas públicas de ATER Mulher e ATER Agroecologia junto às mulheres agricultoras da região nordeste e as organizações responsáveis por executá-las, e entre muitas questões, ficou perceptível como a ATER foi uma oportunidade para as organizações institucionalizarem ações numa perspectiva feminista e de fortalecimento da auto-organização das mulheres, e que para algumas organizações, sobretudo as feministas, essas ações não seria uma novidade e já eram desenvolvidas antes mesmo da obrigatoriedade das chamadas (Santos & Jalil, 2017).

Nesse contexto, as Cadernetas Agroecológicas, enquanto instrumento indissociável do sujeito político, contribuem para um novo jeito de fazer ATER em uma perspectiva feminista, na medida que possibilitam qualificar o debate a partir da problemática de uma ATER capacitada para o trabalho com a mulher rural, portanto com metodologias baseadas nos princípios da educação popular e feminista.

A partir desse contexto, a ATER feminista se mostrou fundamental para o acompanhamento das anotações das cadernetas, contribuindo para consolidá-la como um instrumento político-pedagógico que requer um processo de acompanhamento sistemático e de adaptação às necessidades das mulheres, mas também como instrumento de reflexão das práticas da assessoria técnica.

Vale mencionar as dificuldades apresentadas no período de implementação do uso das cadernetas pelo Projeto Pró-Semiárido (PSA/BA) e as organizações parceiras, principalmente no que se refere à continuidade da animação e mobilização das mulheres para seguir no preenchimento das cadernetas, coleta e sistematização dos dados, sendo, tais questões agravadas em razão do desmonte das políticas públicas ocorridos nos últimos anos, que comprometeu o acompanhamento da análise dos dados pelas equipes de assessoria técnica e o processo de diálogo e validação junto às mulheres.

> "nos anos de 2016 e 2017, após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas, muitos projetos de ATER e organizações do movimento agroecológico que prestavam assessoria à agricultura familiar não tiveram condições de continuar seus trabalhos, ou de continuar fomentando atividades de campo. Com recursos humanos reduzidos, algumas regiões tiveram os acompanhamentos e sistematizações comprometidos, como o caso do estado do Rio de Janeiro, com apenas 03 CAs sistematizadas" (Cardoso *et al.*, 2018, p. 76).

A implementação do uso das cadernetas e o compartilhamento da análise de dados (com a equipe técnica e as mulheres e suas famílias) desencadeia um processo educativo a partir de uma outra lógica, centrada na educação feminista e popular, que provoca uma reflexão crítica da realidade, materializada em um movimento coletivo de construção do conhecimento e de questionamento às estruturas patriarcal, racista e capitalista. O Uso das CAs consolida um processo de reflexão sobre a ação da ATER para as mulheres. Logo:

> "[…] incorporar práticas e metodologias de campo intercruzando as questões produtivas, políticas, econômicas, sociais e culturais, de uma forma indissociável entre o pessoal e político, o público e privado, o produtivo e reprodutivo, construindo diversas experiências de uma ATER feminista, agroecológica e emancipadora para as mulheres rurais, mas também, e aqui reside a novidade: para as técnicas" (Rede de ATER Agroecológica e Feminista do Nordeste, 2017, p. 5)

Deste modo, as cadernetas agroecológicas possibilitam que as mulheres rurais se reafirmem enquanto sujeitos políticos, qualificando dados e debates acerca de políticas públicas para o meio rural brasileiro, e sobretudo incidindo numa perspectiva feminista da ATER.

IV. DESAFIOS INSTITUCIONAIS: LIMITES E AVANÇOS PARA PROJETO PRÓ-SEMIÁRIDO (PSA/BA)

Desenvolvido por meio de uma parceria entre o Governo do Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização das Nações Unidas (ONU), o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (Pró-Semiárido) surge, em 2014, enquanto programa de investimentos para ações diretas com as populações e tendo como focos centrais: i) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e

[7] O projeto teve como objetivo capacitar e desenvolver processos formativos em rede junto às organizações, movimentos sociais, mistos e feministas, que atuam no campo agroecológico em chamadas públicas de assistências técnicas específicas: ATER Mulher e ATER Agroecologia, uma parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e a extinta Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

especializada; ii) fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável; iii) agroindustrialização e comercialização da produção; iv) e acesso às políticas públicas para o meio rural e a Agricultura Familiar.

Com atuação em 32 municípios no estado da Bahia, o PSA atua diretamente com o uso e implementação das cadernetas agroecológicas no fortalecimento do trabalho com as mulheres e no debate sobre os temas de gênero no cruzamento das vivências, experiências e acessos das mulheres rurais.

A partir da incorporação das cadernetas pelas entidades parceiras, foi possível analisar, por meio das anotações, como seu uso têm visibilizado o trabalho das mulheres rurais do semiárido baiano e possibilitado um aprofundamento das discussões de gênero no meio rural.

Para análise dos dados das cadernetas realizamos uma pesquisa de campo em alguns territórios e junto com algumas organizações parceiras no Projeto PSA das Cadernetas Agroecológicas. No período de 14 a 18 de fevereiro de 2022 estivemos nas regiões assessoradas pelos Serviços Territoriais de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF) que compreendem as cidades de Jacobina (Fig. 2) e Senhor do Bonfim (Fig. 3) e municípios circunvizinhos.

Importante destacar o cenário de condições de estar em campo junto das mulheres rurais e das equipes técnicas parceiras do PSA, uma vez que, em virtude da pandemia da COVID-19, os cuidados redobrados e as fragilidades desencadeadas pelo vírus foram centrais antes, durante e depois dos encontros e rodas de conversa.

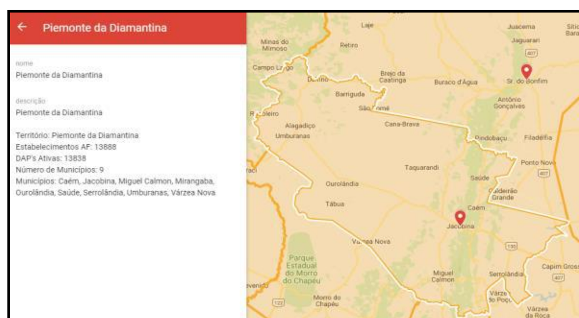


Fig. 2 – Região do SETAF/Jacobina.

Fonte: http://www.car.ba.gov.br/escritorios-territoriais

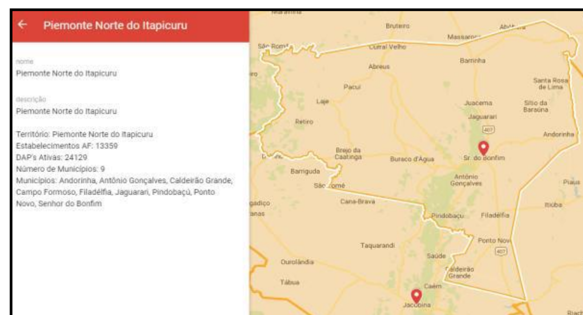


Fig. 3 – Região do SETAF/Senhor do Bonfim.

Fonte: http://www.car.ba.gov.br/escritorios-territoriais

As atividades do trabalho de campo ocorreram durante 5 (cinco) dias, com o acompanhamento direto da equipe do PSA. Foram realizadas visita aos territórios, rodas de diálogos (com as mulheres agricultoras e as equipes técnicas), entrevistas com gestores/as do PSA e caminhada nos quintais agroecológicos.

Nas rodas de diálogos com as mulheres agricultoras agroecológicas buscamos compreender quais os desafios, conquistas e mudanças percebidos e como elas se sentiam com o uso das cadernetas agroecológicas. Esse exercício nos permitiu reconhecer seus olhares e vivências sobre o uso das cadernetas e a importância dessa ferramenta na construção dos seus processos de autonomia e empoderamento.

As rodas de diálogo com as equipes técnicas foram facilitadas com perguntas geradoras, que possibilitaram compreender os desafios e avanços para o trabalho com a assessoria técnica junto às mulheres. Atualmente são 10 entidades[8] envolvidas na implementação das Cadernetas em parceria com o PSA, onde as equipes técnicas fazem o acompanhamento direto e trabalham com os temas de gênero junto às agricultoras agroecológicas.

Durante a imersão em campo foram entrevistados/os 24 interlocutores, entre técnicas/os e coordenadoras/es, a partir de questões centrais sobre o trabalho com as cadernetas e como tais questões têm sido pensadas a partir da ATER, em especial no que se refere a

---

[8] **APPJ**/Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba; **ARESOL**/Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda; **CACTUS**/Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido **COFASPI**/Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte; **COOPERCUC**/Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá; **COOPESER**/Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural e Sustentável; **IDESA**/Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário do Semiárido; **IRPAA**/Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; **SAJUC**/Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade; **SASOP**/Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais.

sua continuidade diante dos desafios apresentados no percurso de implementação das Cadernetas junto com o PSA.

Buscamos analisar quais os desafios para a assessoria técnica no âmbito da experiência do Projeto Pró-Semiárido, e quais inovações foram incorporadas na execução que contribuam para uma assessoria voltada para o trabalho qualificado com as mulheres rurais.

Nessa perspectiva, a discussão posta através das entrevistas iluminaram problemáticas como a dificuldade de anotação por parte das mulheres agricultoras agroecológicas (muitas com pouco domínio da escrita) o que já é identificado como um dos principais fatores que levam a subnotificações. Outra questão são os problemas do acompanhamento pelas equipes de ATER, responsáveis pela animação do processo de anotação e discussão dos dados.

Uma das assessoras técnica entrevistadas mencionou que as anotações das cadernetas que ela acompanha não chegam a 40% do que é produzido realmente pelas mulheres. Essa questão é agravada quando no território não conta com a presença dos/as Agentes Comunitários/as Rurais (ACRs)[9], tendo em vista a dependência de outra pessoa, geralmente um familiar, para fazerem as anotações.

Outro fator identificado nas entrevistas foi a dificuldade em trabalhar temas relacionados a gênero no âmbito rural, devida as fortes expressões do machismo na cultura local. Ainda é apontado o não reconhecimento por parte dos homens dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres e a restrição do acesso delas às atividades de formação em virtude das proibições dos companheiros, o que acarreta desânimo e desistência de participarem dos grupos de anotações.

Nesse contexto, reafirmamos que uma assistência técnica sensível a tais questões é fundamental para o avanço do trabalho com as agricultoras agroecológicas, conforme comenta uma das técnicas entrevistadas:

> *"a formação que a gente teve, desde o início, a formação de gênero ajudou bastante a gente não só a perceber, mas também a trabalhar esses temas que a gente ia percebendo no cotidiano. Uma coisa é eu perceber e outra coisa é eu saber como agir. E aí, no PSA a gente tem as Rodas de Aprendizagem que ajuda bastante a trabalhar esses temas relacionados a gênero que a gente vai percebendo nas visitas de ATER".*

Se a formação com as equipes para sensibilização do trabalho com as mulheres é um avanço importante e que traz resultados positivos, uma dificuldade em relação a isso se apresenta a partir da descontinuidade das equipes técnicas nos projetos, que acontecem por motivos diversos: adoecimento, má remuneração (que leva a desmotivação), falta de identificação com o trabalho com as mulheres etc. Destaca-se que com o processo de precarização da ATER, as mulheres técnicas são as que mais foram demitidas das organizações. Somado a essa questão a falta de maior investimento para garantir não apenas mulheres nas equipes, mas qualificar a equipe técnica de forma continuada dificulta ainda mais um acompanhamento técnico que contemplem o trabalho diferenciado com as mulheres rurais.

Nesse sentido, a necessidade de formação contínua a partir de pedagogias feministas garante que mais mulheres possam se inserir no processo, seja enquanto equipe técnica, seja enquanto agricultora, garantindo a transversalidade das ações de gênero que possibilitará o rompimento com estruturas dicotômicas, machistas e patriarcais. Sobre essa lógica, uma das técnicas entrevistadas destaca que:

> *"elas hoje falam forte e dizem: 'eu não ajudo, aqui eu trabalho também; isso aqui não é só seu é meu'. Já vi mulheres discutindo com os maridos em relação a isso, de dizer que elas agora entendem que a caderneta veio… entendem e tem até marido que ficou meio enciumado […] E teve até marido que impediu que a mulher preenchesse a caderneta".*

Os pontos supramencionados servem para elucidar as perspectivas da ATER e os desafios que emergem do trabalho no campo. Assim, a importância de uma assessoria técnica qualificada e comprometida é um diferencial nesse processo de adaptação e implementação de uma metodologia como a das cadernetas agroecológicas, como reforça o relato da técnica sobre as questões de gênero e sua transversalização nos projetos:

> *"Em outros projetos vinha essa questão de a gente trabalhar com mulheres, de fazer o cadastro e 50% do cadastro ser com mulheres [...] aqui na BA, pelo menos, a gente consegue enxergar, pelo menos nesses projetos de assistência técnica essa pequena mudança […] tanto para contratação de técnicas mulheres, de*

[9] Os Agentes Comunitários Rurais (ACR) são jovens, homens e mulheres, das comunidades atendidas pelo Pró-Semiárido, responsáveis por mobilizar os agricultores e agricultoras e por apoiar na gestão das associações e as entidades de assessoramento técnico contínuo. Eles participam de todas as ações propostas nos planos de desenvolvimento e investimento nas comunidades, figurando como elo entre o Território Rural e o projeto (http://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2020-08-04/serie-retrata-papel-e-atuacao-dos-agentes-comunitarios-rurais-no-semiarido-da).

> *agrônomas, de técnica agrícola, como para a questão de o cadastro das famílias dar preferência para as mulheres".*

Para a técnica, *"a caderneta joga luz na mulher e coloca ela em evidência"* e isso representa um diferenciador no seu processo de autoafirmação e reconhecimento, e reitera que um dos principais desafios é *"animar as mulheres a continuar utilizando, não só pra elas entenderem que não é uma metodologia só pra gente pesquisar e ver resultado, é um instrumento que valoriza o trabalho delas e reconhece esse trabalho".*

Nesse sentido, uma das ACRs entrevistadas, que também faz o uso da caderneta, destaca que:

> *"a caderneta, depois que você começa a escrever é muito bom, porque você quer saber quanto você trabalhou. No início a gente aqui juntou as mulheres do território, [...] e a gente teve na época 18 mulheres que disseram que tinham interesse e depois a gente ficou só com 6 mulheres; [...] porque as mulheres dizem assim: 'ah, não vou conseguir'; Então a gente foi acompanhando e aí tinha umas que não eram letradas e isso dificultou muito porque ficava muito distante daqui, eu consegui ir acompanhando elas e a gente ficou com elas até ano passado, mês de janeiro, se não me engano, e depois a pandemia veio muito e a gente com medo, aqui no município ficou com bem muitos casos nessa época [...] Eu sinto que um dos desafios pra ter mais mulheres escrevendo e mais mulheres conhecerem a dinâmica das cadernetas e se apropriar delas é a leitura, não ter leitura suficiente pra escrever".*

Para que o acompanhamento técnico pudesse ser feito de maneira mais efetiva a/o ACR foi essencial. Contudo, a descontinuidade dos seus trabalhos nas comunidades e territórios foi uma das principais questões levantadas, uma vez que a presença deste sujeito que conhece o território e as famílias, facilita o processo metodológico na medida em que vive na comunidade ou perto, o que possibilita uma comunicação mais fluida e simples.

A análise da sistematização das entrevistas revela que o uso das cadernetas agroecológicas enquanto ferramenta nas ações da ATER é, de fato, fundamental, pois contribui para uma ampla análise a partir da perspectiva de gênero, dos limites e desafios da ATER realizada para e com as mulheres rurais, como sendo uma assessoria transformadora e que seja percebida como uma ação política e técnica que contribua para o enfrentamento às desigualdades de gênero que marcam e estruturam a vida das mulheres rurais.

Outro fator é que o uso das CAs como parte de um processo de ação e formação desta ATER promove o reconhecimento das práticas das mulheres agricultoras agroecológicas enquanto trabalho. Trabalho fundamental para a sustentabilidade da vida. Trabalho para a garantia da SAN e a produção para o autocoumo; trabalho como guardiãs da sociobiodiversidade; trabalho como produtoras de alimentos saudáveis; trabalho de cultivar as terras, as plantas medicinais; trabalho para o fortalecimento dos tecidos sociais nos territórios, pois são promotoras de relações de troca e doação. Essa abordagem fortalece a autonomia e empoderamento, reconhece seus saberes e práticas ancestrais como conhecimento válido, e comprovam não apenas a importância das cadernetas, como também a premissa de que "Sem Feminismo Não Há Agroecologia".

Os aprendizados institucionais apresentados pela experiência do PSA desvelam questões de extrema importância para o avanço do trabalho na perspectiva de uma ATER crítica, emancipatória e feminista, que garanta o acesso das mulheres às ações e interesses previstos nessa e em outras políticas públicas em geral. A teimosia em fazer com que seus espaços produtivos sejam espaços para a construção de relações sociais justas e igualitárias, com a garantia de produção saudável e conservação da sociobiodiversidade, e geradoras de uma economia (mercantil e não mercantil) para elas e suas famílias, determina um novo olhar sobre as práticas das mulheres rurais, localizadas no lugar de visibilidade e construção de conhecimentos e autonomia, pessoal e financeira.

A ousadia em serem mulheres agricultoras agroecológicas se reafirma com o apoio de uma assessoria técnica sensível ao trabalhar com gênero e se permitirem também ousar nas metodologias da ATER, para e com as mulheres rurais na Bahia. A caderneta é fruto dessa teimosia e ousadia coletiva. Da teimosia e resistência das mulheres rurais e de uma assessoria técnica que se desafia cotidianamente.

REFERÊNCIAS

[1] Alves, L. M. *et al*. (2018) **Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil.** Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata.

[2] Carrasco, C. (2013) El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. **Cuadernos de Relaciones Laborales**. Madrid, vol. 31, n. 1, pp. 39-56.

[3] Cordeiro, R. (2006) **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

[4] Esmeraldo, G. (2013) **O Protagonismo Político de Mulheres Rurais Por seu Reconhecimento Econômico e Social**. In: PESSANHA, D; MEDEIROS, L. S. (Org). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos político. Niterói: Alternativa.

[5] FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. (2020) **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**: **resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020**. Salvador, FIDA.

[6] Freire, P. (1983) **Extensão ou Comunicação.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[7] Freitas, K. *et. al.* (2021) **Divisão sexual do trabalho em tempos de pandemia: um olhar sobre as mulheres rurais a partir da campanha pela divisão justa do trabalho doméstico.** In IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2. Anais.

[8] Herrero, Y. (2020) Economia ecológica e economia feminista: um diálogo necessário. In ISLA Ana et al. **Economia ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios.** São Paulo: SOF, pp. 16-31.

[9] Jalil, L. M. (2013) **As Flores e os Frutos da Luta: O Significado da Organização e da Participação Política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

[10] Kergoat, D. (2009) Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. In: HIRATA, Helena et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo** (Orgs). São Paulo: Editora Unesp, pp. 67-75.

[11] Melo, H. P. & Bandeira, L. (2005) **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. Unidad Mujer y Desarrollo Projecto "Governabilidade democrática e igualdade de gênero". Santiago de Chile: CEPAL.

[12] Melo, H. P. & Moraes, L. L. de (2020). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas** (Orgs)**.** Campinas: Pontes Editores, pp. 171-205.

[13] Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater?msclkid=0cc58f45b92511ec9b52351bd7cc606c>. Acesso em: 10 abr 22.

[14] Nobre, M. (2020) Natureza, Trabalho e Corpo: percursos feministas e pistas para a ação. In ISLA Ana et al. **Economia ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios.** São Paulo: SOF, pp. 33-51.

[15] NOGUERA, F. L. **Metodología participativa em la enseñanza universitária.** 3. ed. Madrid: Narcea, S. A. de Ediciones, 2005.

[16] Pinilla, N. (2019) Mulheres Rurais, Feminism**o e Agroecologia: Um Olhar Sobre os Quintais no Sertão do Pajeú – PE**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Recife.

[17] Rede de ATER Agroecológico e Feminista do Nordeste. **ATER Mulheres autonomia e luta: Experiências de Metodologias Feministas**. Recife, 2017.

[18] Rody, T. & Telles, L. (2021) **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena.

[19] Santos. G. & Medeiros, J. (2017) Projeto Ater Mulher na região do pajeú – PE: uma experiência dialógica e feminista. In REDE de ATER Agroecológico e Feminista do Nordeste. **ATER Mulheres autonomia e luta: Experiências de Metodologias Feministas**. Recife.

[20] Santos, G. & Saori, S. (2021) Mulheres gerando alimento e autonomia: experiências de ater feminista e o uso das cadernetas agroecológicas. In RODY, Thalita; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena.

[21] Siliprandi, E. C. (2009) **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, pp. 109.

[22] Weitzman, R. (2011) Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 87-111.